

Senadores homenageiam Miguel Arraes

Último líder do período histórico pré-64, Miguel Arraes foi homenageado por senadores de diferentes partidos. Todos destacaram sua luta e coerência.

Páginas 4 a 7

Rosewell Pinheiro



REVERÊNCIA Senadores fazem um minuto de silêncio em respeito a Arraes (foto menor), o líder dos socialistas que morreu no último sábado no Recife



José Cruz/ABR

Célio Azevedo



PRESSA José Jorge (C) diz que pretende discutir principais pontos do projeto com presidentes do TSE e da Comissão de Justiça da Câmara dos Deputados

CPI ouvirá doleiro preso em São Paulo

Comissão que investiga denúncias nos Correios decide hoje como será tomado o depoimento de Toninho da Barcelona. Na CPI do Mensalão, parlamentares ouvem Jacinto Lamas, ex-tesoureiro do PL, e Emerson Palmieri, tesoureiro do PTB

Reforma eleitoral pode ter relatório na quinta

O relatório sobre a reforma eleitoral poderá ser apresentado nesta quinta-feira à Comissão de Justiça, segundo o senador José Jorge. Ele é relator do projeto de Jorge Bornhausen que visa reduzir o custo das campanhas, dar maior transparência aos financiamentos e aumentar as penas para quem cometer irregularidades na prestação de contas, como o caixa dois. José Jorge espera que o Senado aprove o projeto o mais rapidamente possível para que a votação possa ser concluída na Câmara até 30 de setembro. Assim, as mudanças valerão para as eleições de 2006.

Página 8

TSE sugere penas maiores para crimes de candidatos

Ocorrerá nesta sexta-feira a primeira reunião da comissão especial formada pelo Tribunal Superior Eleitoral (TSE) para debater crimes eleitorais e elaborar um projeto modernizando a legislação. A comissão vai analisar inicialmente dez sugestões relativas a exames de contas eleitorais.

Página 8



Márcia Kallume

RUMOS Oposição decidiu que só pedirá o impeachment se surgirem "fatos jurídicos incontestáveis"

Os partidos de oposição ao governo decidiram ontem criar um fórum de consulta permanente para debater a crise política. Representantes do PSDB, PFL, PDT, PPS, PV e da ala oposicionista do PMDB discutiram também os pré-requisitos para um possível pedido de *impeachment* do presidente da República.

Página 3

No Senado, mostra sobre Érico Veríssimo

Começa na próxima segunda-feira a exposição *Por Amor à Vida – Érico Veríssimo 100 Anos*, que ficará em cartaz no Salão Negro do Senado até o dia 2 de setembro, em comemoração aos cem anos de nascimento do escritor gaúcho. O evento será aberto oficialmente no dia 24 de agosto, após o encerramento da sessão especial que ocorrerá às 10h, em Plenário, destinada a homenagear o autor da trilogia *O Tempo e O Vento*, conforme requerimento do senador Pedro Simon (PMDB-RS). Na ocasião, haverá apresentação do Coral do Senado. A sessão especial deverá contar com a presença do filho de Érico Veríssimo, o também escritor Luiz Fernando Veríssimo. Dividida em módulos, a exposição reúne painéis fotográficos, trechos de obras e desenhos que retratam os amigos, as viagens, as leituras e a família de Érico Veríssimo. A mostra é itinerante e já foi exposta no Instituto Cultural Uruguayo Brasileiro, em Montevidéu (Uruguai). Ainda no dia 24 de agosto, haverá uma palestra sobre a obra de Érico Veríssimo, a ser realizada na Biblioteca Acadêmico Luiz Viana Filho, do Senado, às 16h30. O palestrante será o doutor em Letras pela Universidade de São Paulo (USP) Flávio Loureiro Chaves, que organizou o volume póstumo das memórias do escritor, *Solo de Clarineta*. Érico Veríssimo nasceu em Cruz Alta (RS), em 1905.

JORNAL DO SENADO

www.senado.gov.br
E-mail: jornal@senado.gov.br
Tel.: 0800-612211 - Fax: (61) 3311-3137

Endereço: Praça dos Três Poderes, Ed. Anexo I do Senado Federal, 20º andar - Brasília - DF CEP 70165-920

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: Renan Calheiros
1º Vice-Presidente: Tião Viana
2º Vice-Presidente: Antero Paes de Barros
1º Secretário: Efraim Moraes
2º Secretário: João Alberto Souza
3º Secretário: Paulo Octávio
4º Secretário: Eduardo Siqueira Campos
Suplentes de Secretário: Serys Silhessarenko, Papaléo Paes, Alvaro Dias e Aelton Freitas

Agenda

Audiência com representantes dos juízes

O presidente do Senado, Renan Calheiros, tem audiência às 11h com os presidentes da Associação dos Juizes Federais do Brasil, Jorge Antônio Maurique, e da Associação Nacional dos Magistrados da Justiça do

Trabalho, juiz José Newton Pandelot, acompanhados do jornalista Samuel Figueiredo. Às 11h30, recebe o reitor do Centro Universitário Euroamericano, Luis Roberto Cury.

Plenário vota auditoria no Sebrae e na Casa da Moeda

O Plenário reúne-se às 14h para discutir propostas de emendas constitucionais. Analisa também requerimento que pede auditoria nas contas do Sebrae e da Casa da Moeda. O presidente do Sebrae, Paulo Okamoto,

admitiu que quitou um empréstimo de R\$ 29 mil feito pelo presidente da República. Além disso, o procurador Glênio Guedes foi citado como um dos beneficiários das contas de Marcos Valério.



CPI do Mensalão ouve Lamas e Palmieri

A origem e o destino dos valores repassados por Marcos Valério ao PL e ao PTB são o tema da CPI do Mensalão, às 11h30, que ouve o ex-tesoureiro do PL Jacinto Lamas,

que recebeu R\$ 10,8 milhões, além de Emerson Palmieri, tesoureiro informal do PTB, a quem o PT teria repassado R\$ 4 milhões, de acordo com o deputado Roberto Jefferson

(PTB-RJ). Palmieri também teria viajado a Portugal com Marcos Valério. Há denúncias de que os dois teriam realizado negociações com a Portugal Telecom.



CPI dos Bingos examina convocações

A CPI dos Bingos reúne-se às 15h para decidir as convocações de novas pessoas e a solicitação de informações. Entre os requerimentos polêmicos, está o que convoca o ministro da Fazenda, Antonio

Palocci, que manteve contato com o seu ex-secretário Ricardo Buratti, envolvido nas denúncias. Amanhã, às 11h30, a CPI ouve ex-dirigentes da Caixa Econômica Federal sobre o contrato da Gtech.

Crédito rural na CAE

Às 9h30, a Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) promove reunião. Entre os temas em exame, está previsto o turno suplementar de votação da proposta que estabelece o alongamento das dívidas contraídas em operações

de crédito rural (PLS 517/03). Outro projeto da CAE reserva 30% das verbas do Fundo de Universalização dos Serviços de Telecomunicações (Fust) a projetos de inclusão digital no ensino público (PLS 351/04).



Educação examina Fundef

Além de propostas que tratam da outorga ou renovação do direito à exploração dos serviços de rádio e de TV, a Comissão de Educação (CE) pode votar, às 11h, projeto (PLS 390/03) sobre a distribuição do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério (Fundef) à educação especial e às escolas rurais.

LDO e avisos

A Comissão Mista de Orçamento (CMO) examina a Lei de Diretrizes Orçamentárias às 14h30, além de avisos do Tribunal de Contas da União sobre auditorias realizadas pela instituição. Os avisos também estão na pauta da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle (CMA), que se reúne às 9h.

Agenda completa, incluindo o número de cada proposição, está disponível na Internet, no endereço www.senado.gov.br/agencia/agenda/agenda.asp



GARANTIAS Ana Júlia afirma que o Funget será constituído por depósitos feitos pelas empresas

Ana Júlia sugere fundo para litígio trabalhista

Com o objetivo de assegurar soluções rápidas e efetivas para litígios trabalhistas, com segurança de recebimento dos créditos devidos aos empregados, a senadora Ana Júlia Carepa (PT-PA) apresentou projeto que cria o Fundo de Garantia das Execuções Trabalhistas (Funget). Pela proposta, os pagamentos dos créditos, nas situações em que deixou de haver a quitação da dívida em execução judicial, passarão a ser cobertos com recursos do fundo, a ser constituído com depósitos feitos pelas empresas, correspondentes a 1% da remuneração mensal devida a cada empregado, entre outras fontes.

A proposta (PLS 246/05), que tramita na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), onde aguarda a indicação de relator, destina-se a regulamentar o artigo 3º da Emenda Constitucional 45/04. A autora também vincula ao Funget recursos das multas impostas por sentenças ou acordos trabalhistas ou decorrentes de fiscalização do trabalho. Não compor o fundo, ainda, entradas de dotações orçamentárias específicas e o resultado das aplicações do próprio fundo.

De acordo com Ana Júlia, os brasileiros há muito tempo reivindicam solução mais célere para os conflitos trabalhistas. As sentenças judiciais muitas vezes deixam de ser cumpridas, segundo a senadora, mesmo quando não cabem mais recursos por parte das empresas contra a decisão firmada na Justiça do Trabalho.

– Isso ocorre porque muitas das empresas contratantes de mão-de-obra extinguem-se e caem, invariavelmente, no mundo da informalidade. Tal situação é frustrante para o trabalhador, que busca seus direitos, mas deixa de receber – justifica.

Diretor-Geral do Senado: Agaciel da Silva Maia
Secretário-Geral da Mesa: Raimundo Carreiro Silva
Diretor da Secretaria Especial de Comunicação Social: Armando S. Rollemberg
Diretor de Jornalismo da Secretaria Especial de Comunicação Social: Helival Rios
Diretor do Jornal do Senado: Eduardo Leão (61) 3311-3333
Editores: Djalba Lima, Edson de Almeida, Gorette Brandão, Iara Altafin, José do Carmo Andrade, Mikhail Lopes e Paula Pimenta
Especial Cidadania: Treici Schwengber (61) 3311-1620
Diagramação: Henrique Eduardo L. de Araújo, Iracema F. da Silva, Osmar Miranda e Sergio Luiz Gomes da Silva
Revisão: Eny Junia Carvalho, Lindolfo do Amaral Almeida, Miquéas D. de Moraes e Rita Avellino
Tratamento de imagem: Edmilson Figueiredo
Arte: Bruno Bazílio e Cirilo Quartim
Arquivo fotográfico: Elida Costa (61) 3311-3332
Circulação e atendimento ao leitor: John Kennedy Gurgel (61) 3311-3333
Agência Senado
Diretora: Valéria Ribeiro (61) 3311-3327
Chefia de reportagem: Denise Costa e Davi Emerich (61) 3311-1670
Edição: Rita Nardelli e Flávio de Mattos (61) 3311-1151

O noticiário do *Jornal do Senado* é elaborado pela equipe de jornalistas da Secretaria Agência Senado e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte.

Impresso pela Secretaria Especial de Editoração e Publicações



Comissão faz reunião administrativa em que deve marcar depoimento de Toninho da Barcelona e outros dois doleiros, além do ex-diretor do Banco do Brasil Henrique Pizzolato; o ex-ministro Luiz Gushiken poderá ser chamado a depor na próxima semana

CPI dos Correios define agenda da semana

A agenda da semana da CPI dos Correios deve ser definida hoje, em reunião administrativa. Mas, segundo o relator da comissão, deputado Osmar Serraglio (PMDB-PR), algumas diretrizes já estão definidas. Um dos depoimentos mais esperados é o do doleiro Antonio Oliveira Claramunt, o Toninho da Barcelona, que, em entrevista à revista *Veja*, disse estar disposto a falar sobre operações financeiras de políticos e partidos. Deverão ser ouvidos também os doleiros Haroldo Bicalho e Jader Kalid e o ex-diretor de *marketing* do Banco do Brasil Henrique Pizzolato. O ex-ministro e atual chefe do Núcleo de Assuntos Estratégicos da Presidência, Luiz Gushiken, poderá ser chamado a depor na próxima semana.

Na reunião de hoje, os parlamentares devem decidir de que forma será feita a oitiva de Toninho da Barcelona, que teria operado remessas clandestinas de recursos para o exterior em nome do PT. Barcelona está detido num presídio de segurança máxima em Avaré (SP). A princípio, pretendia-se enviar uma subcomissão até São Paulo para ouvir o doleiro. Mas a senadora Ideli Salvatti (PT-SC) exige que ele seja ouvido no plenário da CPI dos Correios, por considerar que seu depoimento passou a ser “absolutamente relevante”.

Serraglio informou que o Ministério da Justiça está empenhado na busca de informações no exterior, a partir da movimentação que foi desenhada na semana passada pelo publicitário Duda

Mendonça. O relator disse ainda que se reuniu com a procuradora Raquel Branquinho, que auxiliará a comissão em uma perícia nos dados da contabilidade das empresas de Marcos Valério para verificar até que ponto os empréstimos que ele alega ter feito para repassar ao PT são verdadeiros.

O sub-relator de Sistematização e Controle, Carlos Sampaio (PSDB-SP), declarou que já está em poder da CPI um organograma, elaborado pela Secretaria Nacional de Justiça, com a lista de todas as empresas que depositaram na Dusseldorf, a *off-shore* que Duda Mendonça teria aberto nas Bahamas sob orientação de Marcos Valério para receber o dinheiro que o PT lhe devia pelos serviços de publicidade prestados na campanha de 2002.



ROTEIRO Osmar Serraglio explica que, após a defesa por escrito dos envolvidos em denúncias de corrupção, nomes serão enviados à Câmara

Relator divulga a lista de 18 deputados envolvidos

O relator da CPI dos Correios, deputado Osmar Serraglio (PMDB-PR), apresentou ontem a lista dos 18 deputados envolvidos em denúncias de corrupção. Eles serão notificados esta semana e terão cinco dias para apresentar defesa por escrito. Em seguida, seus nomes serão encaminhados à Câmara, que adotará as providências que considerar pertinentes.

De acordo com a Constituição, explicou Serraglio, a CPI não pode encaminhar os nomes dos parlamentares ao Conselho de Ética da Câmara. Isso tem que ser feito pelo presidente da Casa, Severino Cavalcanti, ou pelo líder de algum partido político.

– Essa questão será resolvida em plenário, mas eu penso que a comissão vai decidir encaminhar os nomes ao presidente da Câmara, para que ele envie ao conselho, ou, se o caso não estiver concluído, à CPI da Compra de Votos – disse o relator.

Serraglio informou que, na elaboração da lista, a CPI não levou em consideração o fato de já haver representação no

Conselho de Ética contra alguns parlamentares, mas apenas o fato de eles terem sido citados, em algum momento, durante as investigações da CPI. Ele acredita que já há elementos que justifiquem a cassação de alguns desses deputados.

Parlamentares citados são os seguintes:

Carlos Rodrigues (PL-RJ)
João Magno de Moura (PT-MG)
João Paulo Cunha (PT-SP)
José Borba (PMDB-PR)
José Dirceu (PT-SP)
José Janene (PP-PR)
José Mentor (PT-SP)
Josias Gomes da Silva (PT-BA)
Paulo Rocha (PT-PA)
Pedro Corrêa (PP-PE)
Pedro Henry (PP-MT)
Professor Luizinho (PT-SP)
Roberto Brant (PFL-MG)
Roberto Jefferson (PTB-RJ)
Romeu Ferreira de Queiroz (PTB-MG)
Vadão Gomes (PP-SP)
Sandro Mabel (PL-GO)
Wanderval Santos (PL-SP)

Comissão dos Bingos deve avaliar resultados

A CPI dos Bingos deve fazer hoje, às 15h, reunião administrativa fechada. Os senadores irão avaliar se os trabalhos da CPI estão caminhando no rumo traçado pelo presidente do colegiado, senador Efraim Morais (PFL-PB).

Também consta da pauta a análise da documentação até agora recebida pela CPI, especialmente a referente aos pedidos de quebra de sigilo bancário feitos ao Banco Central. Entre as 34 solicitações, destacam-se a do ex-assessor da Casa Civil da Presidência Waldomiro Diniz e a do empresário de jogos Carlos Ramos, o Carlinhos Cachoeira.

Amanhã, a partir das 11h30, a CPI retoma os depoimentos. Deverão comparecer Valderi Albuquerque, ex-presidente da Caixa Econômica Federal, e Mário Hagg, ex-vice-presidente da instituição. Na quinta-feira, estão previstos os depoimentos do ex-vice-presidente de Logística Paulo Bretas e do ex-superintendente de projetos Carlos Cartell, ambos da Caixa.



Efraim Morais

Mensalão: tesoureiros devem depor hoje

A CPI do Mensalão deve eleger hoje seu novo vice-presidente, que substituirá o deputado Paulo Pimenta (PT-RS), afastado por ter-se envolvido com lista apócrifa de supostos recebedores de recursos do empresário Marcos Valério.

A eleição acontecerá antes de ser ouvido o primeiro-secretário e tesoureiro informal do PTB, Emerson Palmieri, cujo depoimento está marcado para as 11h30. Ainda hoje, a CPI deverá ouvir o ex-tesoureiro do PL Jacinto Lamas. Amanhã, a partir das 11h30, será a vez do ex-tesoureiro do PT Delúbio Soares.

Cassação

Por recomendação da Consultoria do Senado, a CPI dos Correios não vai mais enviar diretamente ao Conselho de Ética e Decoro Parlamentar da Câmara dos Deputados os processos contra deputados envolvidos com denúncias de recebimento irregular de dinheiro. Segundo o relator da comissão, deputado Osmar Serraglio (PMDB-PR), a documentação será apresentada ao presidente da Câmara, deputado Severino Cavalcanti, que decidirá se envia os processos diretamente ao Conselho de Ética ou se manda a documentação para a CPI do Mensalão.

Oposição cria fórum de consulta permanente para discutir crise

Lideranças dos partidos de oposição reuniram-se ontem para acertar uma estratégia comum em relação à crise política gerada pelas denúncias de corrupção que envolvem o PT e outros partidos da base do governo. Na reunião, à qual

estiveram presentes representantes do PSDB, PFL, PDT, PPS, PV e da ala oposicionista do PMDB, ficaram decididos a criação de um “fórum de consulta permanente” desses partidos e os pré-requisitos para um possível pedido de

impeachment do presidente da República.

– Nós cogitamos a possibilidade de *impeachment* caso haja fatos jurídicos incontesteáveis e se houver pressão da sociedade. Nós não pediremos *impeachment*, mas não o im-

pediremos se chegar a hora – explicou o líder do PSDB, senador Arthur Virgílio (AM).

O fórum criado deve realizar reuniões toda segunda-feira para debater os rumos da crise e delinear a votação de uma agenda legislativa.

O presidente do PFL, senador Jorge Bornhausen (SC), anunciou que a executiva nacional do partido se reunirá na quinta-feira para decidir sobre o pedido de reabertura das contas de campanha do presidente Lula.

Trajetória de um dos mais importantes políticos brasileiros, falecido no sábado, é ressaltada no Plenário do Senado. O líder socialista foi deputado estadual, prefeito do Recife, três vezes governador de Pernambuco e estava em seu terceiro mandato como deputado federal

Senado faz homenagem à memória de Miguel Arraes

A sessão plenária de ontem foi dedicada a homenagear o ex-governador de Pernambuco Miguel Arraes, que faleceu aos 88 anos, no último sábado, vítima de infecção respiratória agravada por insuficiência renal. A trajetória de Arraes na vida pública foi exaltada tanto por correligionários quanto por adversários políticos, que, ao final da sessão, fizeram um minuto de silêncio em reverência a sua memória. O Senado também deverá realizar, em breve, sessão especial em homenagem ao líder socialista.

Presidente do Partido Socialista Brasileiro (PSB), Arraes foi deputado estadual, prefeito do Recife, três vezes governador de Pernambuco e três vezes deputado federal – a última, na atual legislatura. Só conheceu a derrota nas urnas na campanha eleitoral de 1998, quando tentou reeleger-se governador contra Jarbas Vasconcelos e perdeu o pleito por diferença de 1 milhão de votos. O traslado de seu corpo partiu do Palácio das Princesas, exatamente onde, em 1964, foi preso para, depois, ser deposto e exilado pelo regime militar.

Nascido em Araripe (CE), em 15 de dezembro de 1916, Arraes concluiu o curso secundário na

cidade de Crato, mudando-se em seguida para o Recife, a fim de prosseguir os seus estudos. Prestou concurso público e tornou-se, em 1933, funcionário do Instituto do Açúcar e do Alcool (IAA). Ao mesmo tempo, estudou Direito, formando-se em 1937.

No IAA, Arraes conheceu Barbosa Lima Sobrinho, que o nomeou, em 1943, delegado regional desse organismo, convidando-o mais tarde, em 1948, para assumir a Secretaria Estadual da Fazenda. A esse cargo, sucederam-se diversos mandatos e, 16 anos depois, com o movimento militar de 1964, sua deposição do Palácio das Princesas. Nas mãos dos militares, Arraes

passou por algumas das prisões brasileiras, até seguir, em 25 de maio de 1965, para o exílio na Argélia. Voltou ao Brasil 14 anos depois, beneficiado pela Lei da Anistia.

Fumante inveterado e notável pela maneira monossilábica pela qual se comunicava, Arraes inaugurou em Pernambuco um estilo de fazer política que o habilitou a interferir na articulação dos mais significativos momentos dos últimos 50 anos da história brasileira. Foi referência popular antes do golpe de 1964 e um dos símbolos da

resistência no período da ditadura. Com a redemocratização, tornou-se interlocutor de larga influência e participou da fundação do PSB.

Foi o último líder do período histórico em que se destacaram nomes como Juscelino Kubitschek, João Goulart e Leonel Brizola. Extremamente identificado com o Nordeste, foi moderno àquela época. Quando se falava em ligas camponesas, estabelecidas como cooperativas para lutar pela distribuição de terras, ele já defendia a criação de sindicatos no campo, pleiteando os benefícios da legislação trabalhista também para os trabalhadores rurais.

Ao contrário de políticos como Brizola, que se esforçaram por construir uma imagem de líder nacional, Arraes sempre foi um mito identificado com o Nordeste. Empenhado na causa popular, no ideal da igualdade e na luta pelo fortalecimento da democracia, nas últimas décadas ele foi criticado por se ater a uma visão extremamente nacionalista, moldada nos paradigmas de 1964. Acusavam-no de negligenciar as mudanças verificadas no mundo. Só a história, com a segurança proporcionada pelo passar do tempo, e sem as paixões da política contemporânea, o analisará com isenção.

Líder socialista é lembrado por seu papel relevante na redemocratização do país



RESISTÊNCIA Beneficiado pela Lei da Anistia, Arraes (entre Ulysses Guimarães e Pedro Simon, em foto de 1979) volta ao país após passar 14 anos no exílio

CEB/Câmara dos Deputados



DIÁLOGO Referência popular antes do golpe militar de 1964, Miguel Arraes foi importante interlocutor no processo de reconstrução da democracia

CEB/Câmara dos Deputados



RESPEITO Miguel Arraes, um dos fundadores do PSB, sempre foi referência entre seus correligionários

CEB/Câmara dos Deputados



FIRMEZA Em 2004, no seu terceiro mandato como deputado federal, Arraes perseverava na defesa dos pobres, mantendo identificação com o Nordeste

José Cruz/ABr

Ao exaltar a trajetória política de Miguel Arraes, os senadores Marco Maciel, Cristovam Buarque, Ideli Salvatti, Maguito Vilela e Eduardo Suplicy enfatizam a determinação do político pernambucano na defesa das causas sociais e do bem-estar da população



IDEÁRIO Segundo Maguito, Arraes "era um defensor intransigente da criação do Estado da Palestina"

Maguito: "Uma referência ética para os políticos"

Ao homenagear o ex-governador pernambucano, o senador Maguito Vilela (PMDB-GO) afirmou que, com a morte de Arraes, o Brasil se vê privado de "um dos nomes mais influentes da política nacional nos últimos 50 anos". Ele disse que "o país não perde apenas um ícone político, mas uma referência ética, tão importante nestes tempos de crise moral pela qual passa a classe política".

Miguel Arraes fez parte de uma geração de políticos fundamentais para o processo de democratização do país, na qual se incluía o ex-governador Leonel Brizola, afirmou.

Maguito lembrou que, durante o regime militar, o político foi exilado na Argélia e voltou ao Brasil em 1979, com a Lei da Anistia. "Em 1986, 23 anos após ter sido cassado, Arraes voltou ao Palácio das Princesas como governador pelo PMDB, feito que repetiu novamente em 1994", recordou.

O senador destacou que Arraes "era um defensor intransigente da criação do Estado da Palestina, o que demonstrava a sensibilidade de quem buscava um mundo realmente justo, humano e democrático".

Maciel destaca a luta de Arraes pela justiça social

O senador Marco Maciel (PFL-PE) destacou, entre outras qualidades de Miguel Arraes, a coerência – "algo que não é muito comum na atual realidade política, em que os fatos se modificam rapidamente, provocando mudanças de pensamento". Ele disse que o político pernambucano "não mudava suas convicções ao sabor dos ventos e das circunstâncias".

Cearense de nascimento e pernambucano por adoção, Arraes, segundo Marco Maciel, seguiu, "essencialmente, a vida de um homem público, que não desempenhou nenhuma outra atividade, a não ser aquelas relacionadas a funções públicas". O senador lembrou que Arraes sempre atuou, ao longo da vida, como republicano.

Afirmando que o ex-governador nasceu com vocação para a política e fez dela sua devoção,



FIRMEZA Trajetória do político foi marcada pela coerência, o que não é comum nos dias de hoje, diz Maciel

Marco Maciel acrescentou que ele "deu uma contribuição fecunda e criativa à justiça social e ao bem-estar da população, além de fomentar o desenvolvimento".

– Miguel Arraes fez da política não um instrumento de manutenção da ordem das

coisas, mas de transformação – ressaltou.

O senador, que começou a conviver com Arraes na década de 60 como líder estudantil, recordou que ambos sempre estiveram em campos opostos, salvo algumas exceções, como o movimento pela redemocratização do país. Disse reconhecer, no entanto, seu espírito público, a firmeza de suas convicções e seu forte instinto de nacionalidade.

A morte do ex-governador, para Maciel, o faz permanecer vivo na memória do povo. Ele citou Alceu de Amoroso Lima, para quem "a morte é o avesso da vida, não o contrário dela".

– Nós, cristãos, sabemos que a vida terrena, breve, passageira, prossegue na vida eterna, e, por isso, tenho a certeza de que Deus o acolherá em seu reino – assinalou o parlamentar.

Compromisso era com os excluídos, afirma Cristovam

Cristovam Buarque (PT-DF) afirmou que o "sonho do ex-governador Miguel Arraes, de um país independente com a inclusão das massas sociais, não vai sair dos atuais partidos" políticos do país. Observou que, mesmo tendo passado por várias legendas, Arraes nunca mudou "um ponto sequer" em seus compromissos, especialmente com os nordestinos.

Depois de sustentar que comunga com as idéias do ex-governador, ponderou que seu principal compromisso "não é com as forças corporativas dos

trabalhadores organizados, mas com as massas de excluídos". O parlamentar disse ser necessário "refundar as esquerdas brasileiras", tema de que tratará num próximo discurso, segundo informou.

Cristovam Buarque salientou ter votado, pela primeira vez, no líder esquerdista há 43 anos, para governador de Pernambuco. Ressaltou que, em 1964, esteve em frente ao Palácio das Princesas, no Recife, para apoiar a decisão de Arraes de não renunciar ao mandato, "preferindo ser



COERÊNCIA Ex-governador nunca se afastou de seus compromissos com os nordestinos, destaca Cristovam

preso pelos militares".

– Junto com Leonel Brizola, Miguel Arraes foi nosso último grande líder daquela geração, líderes que sempre pensaram em um Brasil diferente, inclusive sem mudar seu discurso.



CONDOLÊNCIAS Eduardo Suplicy apresenta voto de pesar pelo falecimento do deputado

Suplicy lembra empenho pela reforma agrária

Eduardo Suplicy (PT-SP) apresentou ontem, ao Plenário, voto de pesar pelo falecimento do deputado federal e presidente nacional do PSB. Ele lembrou que conheceu Arraes em 1964, quando presidia o centro acadêmico da Escola de Administração de Empresas da Fundação Getúlio Vargas.

Na ocasião, depois de ele ter sido eleito governador de Pernambuco, pessoas ligadas ao Comando de Caça aos Comunistas (CCC) tentaram impedir que desse uma entrevista no programa *Pinga Fogo*, da TV Tupi Difusora, conduzido por Alberto Campos.

– Eu fui um dos que estiveram lá, junto com amigos, para assegurar aquele direito de Arraes, que já na época propugnava por medidas importantes, como a reforma agrária – disse.

Na justificação do requerimento, Suplicy ressaltou que Arraes, como homem público, teve altos e baixos em sua carreira política. Ele lembrou medidas reformistas defendidas pelo então governador de Pernambuco, como o apoio ao programa de alfabetização do educador Paulo Freire e a pregação da reforma agrária.



CAMINHADA Ideli Salvatti lembra participação nos momentos mais importantes da história do país

Ideli ressalta dedicação integral às causas populares

"Miguel Arraes sempre participou dos momentos mais importantes da vida brasileira, sempre se colocando ao lado das causas populares", assinalou, em discurso no Plenário, a senadora Ideli Salvatti (PT-SC). Segundo a parlamentar, o ex-governador de Pernambuco foi um "grande brasileiro",

que fará muita falta ao país. Ela homenageou o político nordestino, falecido no último sábado, aos 88 anos, devido a uma infecção pulmonar.

A senadora destacou que Miguel Arraes, que era presidente do Partido Socialista Brasileiro (PSB), exerceu diversos mandatos em sua vida política,

tendo sido deputado estadual e federal, além de governador de Pernambuco, estado onde construiu sua carreira, apesar de ter nascido no Ceará. Ideli lembrou que Arraes também foi advogado das Ligas Camponesas, movimento popular que, nas décadas de 1950 e 1960, lutava pela implantação

da reforma agrária na região Nordeste.

Ideli Salvatti manifestou pesar pela morte do ex-governador pernambucano e apresentou condolências à família. A senadora ressaltou que "nem a morte teve facilidade com ele, que a enfrentou durante várias semanas numa UTI".

Membro da equipe de Arraes no governo de Pernambuco, Sérgio Guerra lembra seu compromisso com os pobres. Até mesmo os adversários elogiam postura do político nordestino. Para José Jorge, Jucá e ACM, a ausência do líder socialista será sentida na condução da crise atual



ADMIRAÇÃO "Arraes era responsável, respeitável, decente e estimado por mim", observa Arthur Virgílio

Honradez do político pernambucano é destacada por Virgílio

Apesar de divergirem quanto à condução dos processos político e econômico brasileiros, o líder do PSDB no Senado, Arthur Virgílio (AM), não deixou de exaltar a honradez, a coerência e o espírito público do ex-governador de Pernambuco Miguel Arraes, que morreu no último sábado.

Ao homenageá-lo, o tucano afirmou que não se deve exigir concordância de idéias de um adversário político, mas honradez ideológica e compromisso com a postura pública, atributos apontados como sempre presentes na trajetória do político pernambucano.

– Arraes pensava como os

políticos de sua geração. Era responsável, respeitável, decente e estimado por mim – assinalou.

Arthur Virgílio destacou ainda a amizade pessoal que nutria pelo ex-governador de Pernambuco, de quem sempre recebeu apoio em momentos difíceis da vida política.

ca. O senador pelo Amazonas lembrou ainda a dignidade, coragem e serenidade demonstradas por Arraes durante sua prisão em Fernando de Noronha, atestadas por relato do ex-governador de Sergipe Seixas Dória, que também foi preso político durante o regime militar.

Jucá: "Uma doação de vida que tocava os brasileiros"

O senador Romero Jucá (PMDB-RR) lembrou sua origem política pernambucana para, ao subir à tribuna ontem, prestar homenagem ao deputado federal Miguel Arraes (PSB-PE), falecido no último sábado.

– Naquele tempo, coordenei várias campanhas enfrentando o doutor Arraes. Mas nós não enfrentávamos um discurso ou uma proposta de governo, mas sim uma doação de vida que tocava a alma dos brasileiros – enfatizou.

Para Romero Jucá, o reconhecimento da história de Miguel Arraes por todo o Brasil é feito "num momento de muita dificuldade e de necessidade de equilíbrio na vida pública do país". O parlamentar disse que falava em nome de Roraima, do PMDB e de muitos brasileiros. – Estamos muito tristes com essa perda. A coerência, o equilíbrio e a voz de Miguel Arraes seriam importantes balizadores para que pudéssemos superar a crise por que passamos – finalizou Jucá, estendendo seu pesar à família do político nordestino.



PESAR Jucá enfatiza que a coerência e o equilíbrio de Arraes farão falta na superação da atual crise política

Sérgio Guerra ressalta luta contra desigualdade

O senador Sérgio Guerra (PSDB-PE) destacou, em homenagem ontem a Miguel Arraes, dois aspectos que considerou os mais relevantes da vida do político nordestino: o compromisso com a luta contra a pobreza e a perseverança pela união dos países emergentes contra as imposições dos países desenvolvidos.

O compromisso com os pobres, observou Sérgio Guerra, surgiu no primeiro mandato de Miguel Arraes como governador de Pernambuco, quando proporcionou "a educação e politização das massas" e "a melhoria das condições de vida da gente do campo, que vivia escravizada".

– Quando tantos se esquece-



ELOGIO Sérgio Guerra destaca a capacidade de Miguel Arraes de conviver com adversários

ram do povo, ele não se esqueceu, como Leonel Brizola não se esqueceu – afirmou.

Sérgio Guerra, que foi secretário de estado de Arraes no

governo de Pernambuco, disse que sempre lembrava uma frase dita pelo político nordestino: "No Brasil não há apenas um Nordeste, há nordestes pelo Brasil inteiro", no sentido de que as condições de pobreza concentradas no Nordeste se reproduziam de forma descentralizada no país.

A capacidade de conviver com adversários, "uma atitude pessoal jamais radical", e a coerência com suas convicções também foram características de Miguel Arraes salientadas por Sérgio Guerra. Ele ressaltou o exemplo de homem público que foi Arraes, enfatizando que "aqueles que desejam fazer um Brasil melhor e moderno devem seguir o seu caminho".

"Arraes sempre foi um adversário correto e ético", afirma José Jorge

O senador José Jorge (PFL-PE), líder da Minoria no Senado Federal, lamentou ontem o falecimento do deputado federal e ex-governador de Pernambuco Miguel Arraes. Na avaliação do senador, Arraes foi "um adversário correto e ético".

Da tribuna, José Jorge citou manchete da edição do último domingo do jornal *Diário de Pernambuco*: "Morre o homem, fica o mito". Segundo José Jorge, apesar de ele e Arraes sempre terem militado "em lados opostos nos embates políticos em Pernambuco", é preciso reconhecer os méritos do homem público.

– Podíamos discordar dele politicamente, mas foi sempre merecedor de nosso respeito e



VALOR Na opinião de José Jorge, o político está entre os grandes líderes brasileiros dos últimos 50 anos

consideração. Durante os mais de 60 anos de vida política, ele foi correto em sua maneira de fazer política. Apesar de ter um jeito aparentemente duro, sempre tratava as questões com bom humor – afirmou.

Para o senador, Arraes está

na lista dos grandes líderes políticos brasileiros dos últimos 50 anos, como Leonel Brizola, Teotônio Vilela, Mário Covas, Ulysses Guimarães e Tancredo Neves. O parlamentar disse ainda que Arraes "ombrou-se com pernambucanos ilustres" como Joaquim Nabuco, Josué de Castro, João Cleofas e Agamenon Magalhães.

– Mas o que a todos consterna é que, como um dos interlocutores preferenciais do presidente Lula, Arraes teria importante participação nesta grave crise que enfrentamos, com seus conselhos e ponderações, para que o presidente pudesse redirecionar seu governo para os objetivos almejados por toda a sociedade brasileira – concluiu José Jorge.



LIÇÃO ACM lamenta que o presidente Lula não tenha conversado com Arraes sobre a situação do país

Antonio Carlos lembra relação de cordialidade

Ao registrar que sempre manteve relação de cordialidade com o ex-governador Miguel Arraes, o senador Antonio Carlos Magalhães (PFL-BA) contou um episódio ocorrido no dia 13 de outubro de 1963, em Salvador, por ocasião das comemorações dos dez anos da Petrobras. Ele disse que foi procurado por Arraes para trabalhar contra o estado de sítio que o então presidente João Goulart queria implantar no país.

– Ele se colocou contra o estado de sítio. Eu era um deputado federal atuante na oposição ao governo João Goulart. Arraes me disse que, em um primeiro momento, o estado de sítio seria para retirar Carlos Lacerda do governo da Guanabara. Em um segundo, por compensação, o Exército exigiria do presidente a retirada dele do governo de Pernambuco – afirmou Antonio Carlos.

O senador pela Bahia registrou que Miguel Arraes foi um político notável pela coerência que sempre manteve às suas idéias. O parlamentar lamentou que o presidente Luiz Inácio Lula da Silva nunca tenha procurado o ex-governador para conversar sobre a política nacional e o Nordeste.

Sarney, Valadares e Jereissati destacam qualidades de Miguel Arraes como a coerência e a dignidade

Sarney: Arraes foi um mago da vida pública

Ao discursar em homenagem a Miguel Arraes, o senador José Sarney (PMDB-AP) enalteceu sua luta a favor do sertanejo nordestino e classificou o ex-governador como "um mago da vida pública dos sertões de Pernambuco".

Sarney destacou a coerência e a fidelidade do deputado aos ideais doutrinários comunistas que adotou no início de sua carreira, nos anos 40, quando também foi alçado ao cargo de secretário estadual da Fazenda de Pernambuco.



AValiação Sarney afirma que deputado manteve coerência e fidelidade aos seus ideais

– Ele foi um símbolo de sua geração e poderia ter chegado até a presidente da República – enfatizou Sarney, ressaltando que suas divergências e convergências com as idéias de Arraes nunca interferiram na amizade entre ambos.

Para Valadares, exemplo de honradez

Antônio Carlos Valadares (PSB-SE) afirmou que Miguel Arraes "fará uma falta inestimável" ao país, no momento em que ocorrem investigações motivadas pela prática de atos de corrupção. Ele salientou que o deputado foi um exemplo de honradez, trabalho e compromisso com a nação.

O senador declarou que, ao comparecer ao sepultamento de Arraes, testemunhou o carinho e o respeito que o velho líder despertava na população, principalmente entre os integrantes das classes sociais mais humildes.

Valadares lembrou que um



MEMÓRIA Valadares resalta que ex-governador foi responsável pelo Acordo do Campo em 1963

dos momentos marcantes da vida de Arraes foi quando, ao assumir o governo de Pernambuco, em 1963, assinou um documento que ficou conhecido como Acordo do Campo, envolvendo usineiros e trabalhadores rurais. O tratado estabeleceu um salário mínimo digno para a categoria e o cumprimento do Estatuto da Terra.

Símbolo da resistência e da luta democrática

O senador Tasso Jereissati (PSDB-CE), em nota oficial, disse ontem que "o Brasil, principalmente o Nordeste, perde um dos seus maiores líderes". Conforme o senador cearense, Miguel Arraes foi símbolo na política nacional do sertanejo e do homem simples do Nordeste".

– Admirado pelo seu povo e cearense de origem, Arraes foi governador por três vezes de Pernambuco, além de brilhante atuação como parlamentar.



HERANÇA Segundo Tasso Jereissati, "Arraes deixa um legado do mais alto valor para a história"

Exemplo de dignidade, Miguel Arraes deixa um legado do mais alto valor para a história política, perpetuando-se como símbolo da resistência e da luta pelos ideais democráticos – afirmou Jereissati.

Bancada ruralista pode obstruir votação da LDO

Faltando 15 dias para a chegada do projeto do Orçamento federal de 2006 ao Congresso, a votação das normas que devem reger a elaboração do próprio Orçamento enfrenta impasse na Comissão Mista de Orçamento (CMO). A bancada ruralista anunciou a intenção de voltar a obstruir a votação do projeto da Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO), em protesto contra a equipe econômica do governo, que ainda não colocou no papel as promessas feitas aos agricultores em junho.

Com isso, a base governista enfrentará dificuldades hoje para votar os destaques apresentados ao projeto da LDO, na Comissão de Orçamento.

O texto básico já foi aprovado, mas, para que seja remetido ao Plenário do Congresso, devem ser apreciados os destaques, ou seja, tentativas de mudança na matéria.

A bancada ruralista foi informada de que o Ministério do Planejamento não aceita a aprovação de um parágrafo na LDO que obriga o Orçamento da União a prever gastos com novas negociações de dívidas de agricultores, oriundas de projetos ainda em tramitação no Congresso.

O ministro do Planejamento, Paulo Bernardo, disse que o governo não tem como aceitar um dispositivo sem saber o tamanho do rombo que poderá provocar nas contas públicas. O presidente da



INDEFINIÇÃO Integrantes da Comissão Mista de Orçamento devem examinar as propostas de mudança no texto da LDO

Comissão de Agricultura da Câmara, deputado Ronaldo Caiado (PFL-GO), acredita que essa é uma precipitação da área econômica, uma vez que os projetos para prorrogação dos prazos de vencimento das dívidas renegociadas no governo Fernando Henrique, um deles de sua autoria, têm de passar por várias comissões do Congresso.

Queda-de-braço

Essa questão acabou provocando uma queda-de-braço entre a bancada ruralista e a área econômica do governo. Parlamentares ligados ao setor rural já avisaram que não admitem negociar a retirada do dispositivo da LDO de 2006. Do lado da área econômica veio o aviso de que outra reivindicação da bancada, a prorrogação para o próximo ano de três parcelas do custeio da safra 2004/2005 (referentes a julho,

agosto e setembro), só será operacionalizada com voto *ad referendum* do Conselho Monetário Nacional (CMN) se a bancada ruralista aceitar mudar no Plenário do Congresso o substitutivo do deputado Gilmar Machado (PT-MG), aprovado na comissão.

O presidente do Senado, Renan Calheiros, que preside as sessões do Congresso, já convocou reunião dos parlamentares para votação da LDO, amanhã de manhã. Ele tem autorização regimental para levar o projeto à votação diretamente ao Plenário do Congresso, mesmo sem o exame final da matéria na Comissão Mista de Orçamento.

No entanto, sem um acordo com parlamentares da bancada ruralista dificilmente o projeto da LDO terá condições de ser votado.

Risco de derrota para o governo

O governo corre o risco de enfrentar outra derrota no Plenário do Congresso se a oposição se mobilizar para votar o projeto do deputado Ricardo Barros (PP-PR), com as novas regras de tramitação do Orçamento da União. Barros informou que deve requerer que a matéria seja colocada em votação durante a sessão do Congresso que está marcada para amanhã.

Reunidos ontem, técnicos ligados ao PT concluíram que essa votação é possível regimentalmente porque o prazo das relatorias venceu no último dia 25. Na avaliação deles, o projeto precisaria sofrer al-

gumas modificações para não criar entraves à tramitação do Orçamento de 2006.

A última versão de Barros, segundo os mesmos técnicos, acabou incluindo a possibilidade de que, entre as 12 emendas de bancada, três sejam de iniciativa exclusiva dos senadores. Isso facilitaria, na visão deles, um acordo com senadores de oposição como Sérgio Guerra (PSDB-PE) e Heráclito Fortes (PFL-PI), conhecidos defensores da manutenção das três emendas atuais do Senado, que vigoraram nos dois últimos orçamentos e geraram uma verdadeira que-

da-de-braço com a Câmara. Com esse acerto, aumenta a chance de votação da matéria em Plenário.

O projeto de Barros se baseia nas discussões da comissão especial temporária criada pelo presidente do Senado, Renan Calheiros, para propor as alterações na Resolução nº1 do Congresso, que disciplina a tramitação dos orçamentos federais. A comissão, da qual Barros foi relator, não aprovou o relatório final devido a impasse entre deputados e senadores, principalmente sobre as emendas que garantem maior participação do Senado.

Relatório da reforma eleitoral sai até quinta

Essa é a previsão de José Jorge, relator do projeto que visa principalmente reduzir custos de campanha

O relator do projeto que altera a legislação eleitoral, senador José Jorge (PFL-PE), informou ontem que o parecer sobre a reforma deverá ser apresentado até quinta-feira. A matéria está na pauta da reunião da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) prevista para amanhã, quando esgota o prazo para a apresentação de emendas. Até lá, o relator pretende discutir os principais pontos do projeto com o presidente do Tribunal Superior Eleitoral (TSE), Carlos Velloso, e com o presidente da Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania (CCJ) da Câmara, deputado Antônio Carlos Biscaia (PT-RJ).

– Como o prazo das emendas vai até quarta-feira, nós faremos uma sessão de discussão e, se



Fotos: Jane Araújo

CRÍTICA José Jorge afirma que o governo não priorizou a reforma, que acabou engavetada na Câmara

for o caso, apresentaremos o relatório na quinta – informou José Jorge.

O projeto (PLS 275/05), de autoria do presidente do PFL, senador Jorge Bornhausen (SC), altera as normas eleitorais, com o objetivo de reduzir o custo das campanhas, conferir maior transparência aos financiamentos e aumentar as penas para quem cometer irregularidades na prestação de contas, como a utilização de caixa dois.

José Jorge espera a aprovação do projeto no Senado o mais

rapidamente possível e que seja votado na Câmara até o dia 30 de setembro, para que as alterações na legislação eleitoral possam vigorar já nas eleições do próximo ano.

– O governo não priorizou a reforma política. O tema é discutido desde 2003 e ficou engavetado na Câmara no período em que o deputado João Paulo Cunha ocupou a Presidência daquela Casa – disse.

Principais pontos

O projeto obriga os partidos e candidatos a abrirem conta bancária específica para o registro do movimento financeiro da campanha. A doação máxima para candidato ou partido em cada eleição será de 50 mil Ufirs (Unidade Fiscal de Referência) por pessoa física e de 150 mil Ufirs por pessoa jurídica.

Os candidatos e partidos ficarão proibidos de receber doação procedente de pessoa jurídica sem fins lucrativos, organizações não governamentais, sociedades beneficentes ou esportivas.

TSE quer penas maiores para crimes de candidatos

A primeira reunião da comissão especial formada por juristas e especialistas em Direito Eleitoral, criada pelo Tribunal Superior Eleitoral (TSE) para debater crimes eleitorais e elaborar um projeto de lei modernizando a atual legislação, será realizada na próxima sexta-feira, às 10h. O anúncio foi feito pelo presidente do tribunal, ministro Carlos Velloso. Os integrantes da comissão, formalizada na última quarta-feira, debaterão inicialmente dez sugestões relativas a exames de contas eleitorais.

As propostas a serem analisadas pela comissão são as seguintes: aperfeiçoamento da legislação eleitoral impondo mais rigor na fiscalização do financiamento das campanhas e penas severas; utilização de sistema eletrônico da Justiça Eleitoral para elaboração, análise e divulgação das contas partidárias; estruturação da unidade técnica de fiscalização das prestações de contas e de instauração de tomada de contas especial; celebração de convênios com as secretarias das

receitas estaduais e municipais para verificação das informações declaradas e idoneidade dos documentos fiscais apresentados nas prestações de contas; criação de mecanismos para que a sociedade possa informar à Justiça Eleitoral e ao Ministério Público a prestação de serviços e doações em campanha; criação de um teto para doações.

Legislação liberal

Há também sugestão no sentido de que as doações de campanha sejam declaradas no Imposto de Renda de Pessoas Físicas e Jurídicas com abatimento proporcional ao valor devido. Também será analisada a extensão da vedação de doações de campanha aos fornecedores que estejam licitados com o governo no ano da realização das eleições; celebração de convênio para que os extratos bancários das prestações de contas partidárias e eleitorais sejam encaminhados para a Justiça Eleitoral em meio eletrônico; e proposta de auditoria *in loco* nos partidos políticos em caso de indícios e



APERTO Carlos Velloso sugere pena mínima de três anos e fim da prescrição para crimes eleitorais

irregularidades.

Segundo Carlos Velloso, a atual legislação eleitoral é muito liberal ao contemplar instrumentos como a prescrição retroativa e ao não determinar pena mínima para os crimes eleitorais. A prescrição retroativa apanha a pena fixada, que raramente ultrapassa o limite de um ano, e retroage até a data da prática do delito, fazendo com que praticamente todos os criminosos eleitorais sejam beneficiados pela prescrição.

Desde já, ele defende uma pena mínima de três anos e máxima de até sete anos, e a extinção da prescrição retroativa.

(Com informações da Coordenadoria de Comunicações do TSE.)



EFICÁCIA Renan Calheiros enfatiza a importância de leis mais simples para combater a insegurança

Renan participa de seminário sobre segurança jurídica

O presidente do Senado Federal, Renan Calheiros, cumpriu extensa agenda de eventos ontem em São Paulo. Logo cedo, ele participou da abertura do seminário sobre segurança jurídica, promovido pela Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (Fiesp). O coordenador do evento, ministro e presidente do Conselho Superior de Assuntos Jurídicos e Legislativos da entidade, Sydney Sanches, disse que a classe empresarial está preocupada com a instabilidade jurídica, especialmente em rela-

ção aos marcos regulatórios.

Renan enfatizou a importância de leis mais simples como forma de obter segurança jurídica, tornando a conduta dos agentes públicos mais previsível. Segundo ele, a eliminação de leis redundantes é estratégia possível na luta pela simplicidade legislativa. O presidente do Senado também identificou nas medidas provisórias (MPs) uma fonte de insegurança jurídica.

– MPs não podem aumentar tributos nem modificar contratos. Sem isso, os cidadãos e as empresas estarão submetidos continuamente ao arbítrio e às surpresas – disse o senador.

Renan lembrou que apresentou, no ano passado, proposta de emenda à Constituição (PEC) que impede a edição de MPs em matérias contratuais.

Depois, Renan participou de debate com empresários promovido pelo Instituto Talento, para analisar a crise política e suas implicações na economia. Também esteve no evento o senador Aloizio Mercadante (PT-SP).

Após o encontro, Renan e Mercadante foram ao lançamento da Frente Parlamentar pelo Desarmamento na Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo.

Presidente do Senado defende candidatura própria do PMDB

Em entrevista coletiva dada ontem em São Paulo, o presidente do Senado, Renan Calheiros, disse que tem trabalhado no PMDB para aproximar as várias correntes e unir o partido. “Hoje mesmo, eu vou conversar com o ex-governador Orestes Quécia com esse objetivo”, anunciou. Para Renan, o fundamental é que o PMDB continue cumprindo seu papel na garantia da governabilidade e perseguindo seu projeto de poder.

– O partido não pode tremer nessa hora de crise, mas ele tem um projeto de poder. A grande convergência que há hoje no PMDB é em torno da candidatura própria. É importante unir todo mundo em torno da candidatura própria – afirmou.

Renan reafirmou seu apoio irrestrito às investigações das CPIs no Congresso. “Nada substitui a investigação. Essa coisa de *pizza*, o país pode ter certeza de que não vai acontecer. Nós vamos investigar, esclarecer, responsabilizar e, se for o caso, punir exemplarmente”, garantiu. Perguntado sobre a possi-

bilidade de *impeachment* do presidente da República, Renan disse que essa não é a saída.

– Eu não acho que o *impeachment* seja uma saída. É o último caminho. Ele faz mal para todo mundo. Além do mais, para que haja *impeachment*, é preciso que haja prova cabal, irrefutável. É preciso que haja maioria congressual e chancela da sociedade e eu não enxergo essas coisas hoje – frisou.

Para Renan Calheiros, a saída de parlamentares de expressão do PT, como o senador Cristovam Buarque (DF), é uma consequência natural da crise. Ele disse que alguns petistas já chegaram à conclusão de que o partido terá que ser refundado.

– A culpa não é só do PT. A culpa é do sistema político-partidário, que precisa ser radicalmente mudado. Essa crise é sobretudo uma oportunidade para que possamos fazer isso, do ponto de vista da propaganda e principalmente do ponto de vista do financiamento de campanha, diminuindo seus custos – avaliou Renan.